

Jornal Correio Braziliense, 08 de Julho de 2015

O lixo que desafia um país: Um futuro contaminado

Warner Bento Filho

Fim dos lixões não é solução a curto prazo. Segundo pesquisadores da UnB, a emissão de poluentes ainda deve continuar por mais 40 anos



Cavalcanti alerta para os problemas na Estrutural: ameaça ao meio ambiente

Os lixões brasileiros vão contaminar os solos, as águas e o ar por cerca de 40 anos depois de serem desativados. A estimativa é de pesquisadores do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), que identificaram impactos causados pelo lixão da Estrutural. O depósito, considerado o maior do mundo em atividade, é vizinho ao Parque Nacional de Brasília e está localizado na bacia hidrográfica do Paranoá, formadora do lago artificial que circunda a cidade e de onde o Governo do Distrito Federal planeja captar água para abastecer a população.

A bióloga Patrícia Blauth confirma a previsão, que ela chama de “vida inútil” dos lixões. “Esse tempo pode ser maior do que a ‘vida útil’, que é, em média, de 20 a 25 anos. O tempo que vai durar a liberação de contaminantes depende da quantidade de resíduos depositada, da forma de disposição e das condições de clima e do solo, entre outras variáveis”, diz. O lixão de Brasília é usado há mais de 40 anos.

A coordenadora de Resíduos Sólidos do Instituto Polis, Elisabeth Grimberg, copromotora da Aliança Resíduo Zero Brasil, diz que “é comum” a contaminação de lençóis freáticos por depósitos irregulares de resíduos. “O chorume também pode percolar e ir direto para as águas superficiais”, diz.

O prazo para o fechamento dos lixões, determinado pela Lei de Resíduos Sólidos (nº 12.350) se encerrou em agosto de 2014. Agora, o Senado Federal quer ampliar esse limite até 2021, dependendo do tamanho do município. A regra ainda precisa ser confirmada pela Câmara dos Deputados.

Depósitos como o da Estrutural emitem contaminantes altamente tóxicos — conhecidos como chorume — que se infiltram no solo e atingem as reservas de água. A contaminação também escorre superficialmente e é carregada pelos ventos. Além disso, a decomposição da matéria orgânica nos lixões libera metano, gás de efeito estufa com impacto 21 vezes maior do que o gás carbônico. O metano liberado pelo lixão da Estrutural é a terceira maior fonte de emissões de gases estufa do Distrito Federal, de acordo com estudo realizado em 2014, atrás do setor de transporte e da fabricação de cimento. De acordo com a diretora de Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente, Zilda Veloso, alguns dos resíduos descartados “emitem substâncias perigosas, muitas vezes com metais pesados”.

Chorume

O levantamento feito pela UnB mostra que o chorume da Estrutural já contamina o Parque Nacional de Brasília e chega ao lençol freático da região. Porém, ainda não é possível determinar os limites da contaminação. “Há fluxo subterrâneo de chorume percolando para fora do lixão, mas a quantidade de dados ainda é pequena para se determinar a extensão disso”, afirma Luciano Soares, coordenador de graduação em geologia da UnB e um dos responsáveis pelo estudo. “Ainda falta determinar a que profundidade a contaminação pode chegar e onde ela pode sair”, completa Márcio Maciel Cavalcanti, que também assina o levantamento.

Os custos do estudo foram bancados com recursos do próprio grupo, que contou com apoio logístico da universidade. “Participamos de seleções de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) por três vezes, mas nunca fomos selecionados”, conta o professor Welitom Rodrigues Borges.

A Lei Orgânica do DF destina mensalmente o mínimo de 2% da receita orçamentária para a fundação, para apoio científico, tecnológico e de inovação, visando “o bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da ciência e tecnologia.” A Assessoria de Comunicação da FAPDF informou que, entre mais de 7 mil processos, há pelo menos uma pesquisa sobre “condições de saúde dos moradores do lixão da Estrutural”.

A Resolução nº 420 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de

2009, estabelece que empreendimentos com “potencial de contaminação dos solos e das águas subterrâneas” devem fazer monitoramento e apresentar relatórios. A Assessoria de Comunicação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, no entanto, informou que a pasta não tem nenhum estudo sobre contaminação provocada pelo lixo e que “está incorporando ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) informações sobre o lixo e a contaminação da pluma que está se movendo no solo, com base nos estudos realizados pelo Instituto de Geociências da UnB.”

Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/63,65,63,14/2015/07/08/internas_polbraeco,489414/o-lixo-que-desafia-um-pais-um-futuro-contaminado.shtml